

**Copasa Serviço de Saneamento
Integrado do Norte e Nordeste de
Minas Gerais S/A - COPANOR**
Demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019

Índice

Item	Página
Relatório da Administração	01
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	07
Demonstrações Financeiras:	
Balanço patrimonial	10
Demonstração do Resultado do Período	12
Demonstração do Resultado Abrangente do Período	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
Notas Explicativas	16
Parecer do Conselho Fiscal	54
Declaração de revisão das Demonstrações Financeiras e do parecer de auditoria independente pelos Diretores	55



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Copanor, que tem por finalidade a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais, apresenta os resultados obtidos em 2019.

Em relação ao desempenho operacional, a Empresa encerrou o ano de 2019 atendendo cerca de 212 mil pessoas para os serviços de abastecimento de água, distribuídas em 106 mil unidades consumidoras e dentro de uma extensão de rede de 2,2 mil quilômetros. Com os serviços de esgotamento sanitário, a Copanor atende cerca de 98 mil pessoas, distribuídas entre 50 mil economias e dentro de uma rede de 1,5 mil quilômetros.

Quanto ao desempenho financeiro, a Receita Líquida alcançou R\$32,7 milhões, alta de 20,2% quando comparada com o valor observado em 2018; os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$52,6 milhões, alta de 22,0%; e o Prejuízo Líquido do período foi de R\$18,0 milhões, cifra 23,9% maior do que a verificada no ano anterior.

Apesar da evolução observada, o grande desafio da Copanor continua sendo tornar-se uma Empresa sustentável, com prestação de serviços de saneamento de qualidade e tarifas reduzidas, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das desigualdades regionais, a promoção da inclusão social e a universalização dos serviços.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Copanor

A Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades da região Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu. Conforme previsto em seu Estatuto Social, a Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.

Missão: Prover serviços de saneamento, em parceria com o Estado e municípios, em sua área de atuação, de forma sustentável.

Visão: Ser referência, junto à sociedade, como Empresa que presta serviços com eficiência e qualidade.

Valores: Ética exemplar e transparência; Responsabilidade socioambiental; Valorização dos colaboradores; Excelência na prestação dos serviços; e Inovação e disseminação do conhecimento.

Investimentos

Em 2019, os investimentos realizados na Copanor totalizaram R\$34 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

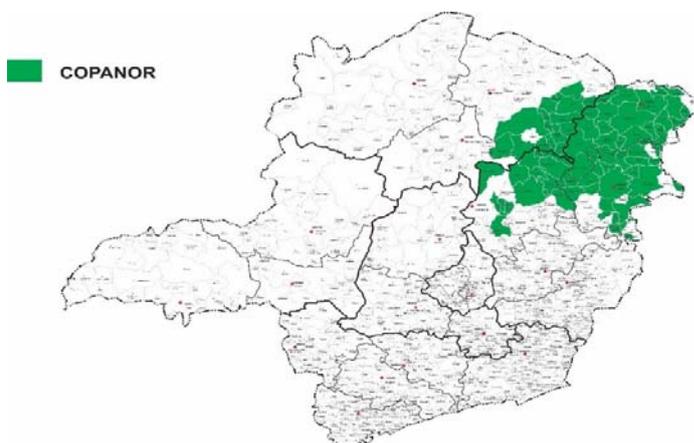
Investimentos (R\$ milhões)	2019	2018	2017
Coponor	34	46	28

Para o período de 2020 a 2024, o Conselho de Administração da Copasa MG aprovou, em reunião realizada em 12 de dezembro de 2019, a previsão de aportes anuais de R\$37,3 milhões, no âmbito do Programa de Investimentos dessa Subsidiária.

Conforme definido no processo de Revisão Tarifária da COPASA MG concluído em 2017, foi estipulado que parte da tarifa da Companhia, no valor referencial histórico de R\$40 milhões por ano, seja direcionada como subsídio à Coponor, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, por meio de ações de investimento e manutenção. Em 2019, foram realizados 2 (dois) aportes de R\$21,1 milhões cada, sendo um em março e outro em agosto.

Área de Abrangência e Municípios de Operação

A área de abrangência da Empresa é limitada aos municípios das regiões Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais. Em dezembro de 2019, a Coponor operava os serviços de abastecimento de água em 78 municípios (30 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes) e os serviços de esgotamento sanitário em 54 municípios (14 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes). A seguir, mapa demonstrando a área de atuação dessa Subsidiária.



Ambiente Regulatório

Em 2016, foi iniciada a Revisão Tarifária da Coponor, que promoveu, naquele ano, uma readequação da estrutura tarifária, com a substituição do faturamento com consumo mínimo (3 m³ para todas as categorias) pelo faturamento com 2 (dois) componentes (Tarifa Fixa e Tarifa Variável); criação da Tarifa Residencial Social; e adequação na estrutura de custos. Nessa etapa foi aplicado reajuste tarifário médio de 10,49%, a partir de setembro de 2016.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A segunda etapa da revisão tarifária, em 2017, teve foco na definição de política pública para melhorar a capacidade de infraestrutura do prestador. Dessa forma, a Arsae-MG elaborou um mecanismo tarifário, definido na Revisão Tarifária da COPASA MG (concluída em junho de 2017), que estabelece como fonte de recursos um subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da COPASA MG. Esse subsídio proporciona aproximadamente R\$40 milhões líquidos anuais para as melhorias da capacidade de infraestrutura (investimento e manutenção) das regiões atendidas pela Copanor. O resultado da Revisão Tarifária foi um Efeito Tarifário Médio de 10,82% sobre as tarifas, vigente a partir de outubro de 2017.

Em 14 de dezembro de 2018, a Arsae-MG divulgou a Resolução nº 118/2018, autorizando a aplicação, a partir de janeiro de 2019, de reajuste médio de 16,76%.

Em 2019, foi solicitada nova revisão tarifária, com objetivo de dar continuidade à avaliação dos reflexos do plano de recuperação da Subsidiária, de forma que a tarifa represente nos curto e médio prazos, as reais necessidades de recurso, de forma que a Copanor cumpra sua missão de contribuir com a universalização do saneamento nas comunidades da Regiões Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais. Por meio da Resolução nº 136/2020, a Arsae-MG autorizou o reajuste médio tarifário de 4,50%, a ser aplicado a partir de 8 de março de 2020.

Desempenho Operacional

A Copanor encerrou o ano de 2019 atendendo 106 mil economias (unidades consumidoras) de água, crescimento de 3,7% em relação a 2018, servindo aproximadamente 212 mil pessoas. A seguir, são apresentados os principais dados operacionais do serviço de abastecimento de água e a evolução nos períodos comparativos:

Especificação – COPANOR	2019	2018	2019 x 2018	2017	2018 x 2017
Água					
Ligações (1.000 unidades)	102	98	3,9%	98	0,8%
Economias (1.000 unidades)	106	102	3,7%	101	0,6%
População Atendida (1.000 habitantes)	212	205	3,3%	205	-0,1%
Volume Distribuído (1.000 m ³)	16.127	14.786	9,1%	14.555	1,6%
Volume Medido (1.000 m ³)	9.377	8.397	11,7%	8.481	-1,0%
Extensão de Rede (km)	2.165	2.164	0,0%	2.132	1,5%

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a Copanor encerrou 2019 atendendo 50 mil economias, crescimento de 5,7% em comparação a 2018, e servindo 98 mil pessoas ao longo da área de atuação. A seguir os principais dados operacionais dos serviços de esgotamento sanitário:



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Especificação – COPANOR	2019	2018	2019 x 2018	2017	2018 x 2017
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	48	46	4,0%	44	3,1%
Economias (1.000 unidades)	50	47	5,7%	46	0,9%
População Atendida (1.000 habitantes)	98	94	3,9%	94	1,0%
Volume Medido (1.000 m ³)	3.885	3.781	2,7%	3.733	1,3%
Extensão de Rede (km)	1.464	1.454	0,7%	1.423	2,1%

Desempenho Financeiro

Após o fechamento das demonstrações financeiras da Controladora de 2018, as demonstrações financeiras da Copanor, que haviam sido aprovadas sem parecer de auditoria externa, sofreram ajustes após serem auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A necessidade de emissão de parecer de auditoria externa, bem como avaliação de que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COPANOR, foi decorrente do aumento significativo do seu capital social e de alterações na sua estrutura patrimonial. Os impactos destes ajustes nas demonstrações da COPASA MG foram imateriais, não sendo necessária a sua reapresentação para o exercício de 2017 e 2018, que permaneceram consolidadas com os valores anteriores.

Da mesma forma, após fechamento das demonstrações financeiras de 2019 da Controladora, a auditoria externa identificou a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* dos ativos da COPANOR, o que afetou seu resultado e alterou as demonstrações financeiras. Como essas mudanças também foram consideradas imateriais nas demonstrações da Controladora, essas não foram reapresentadas.

Diante disso, os valores deste Relatório de Administração diferem dos registrados em equivalência patrimonial na Controladora, nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

Abaixo são apresentados os dados financeiros da Copanor de 2019, bem como o desempenho comparativo com 2018 e 2017:

Demonstrativo Sintético (R\$ Mil)	2019	2018	2019 X 2018	2017	2018 X 2017
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	32.738	27.227	20,2%	26.289	3,6%
Receita de Construção	31.125	40.820	-23,8%	23.284	75,3%
Outras Receitas Operacionais	3.165	2.461	28,6%	2.584	-4,8%
Custos e Despesas Operacionais	(52.606)	(43.122)	22,0%	(38.568)	11,8%
Custos de Construção	(31.125)	(40.820)	-23,8%	(23.284)	75,3%
Outras Despesas Operacionais	(2.080)	(2.197)	-5,3%	(1.132)	94,1%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	811	1.123	-27,8%	2.247	-50,0%
Prejuízo Líquido	(17.972)	(14.508)	23,9%	(8.580)	69,1%



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, são apresentados os comentários para as principais variações verificadas entre os períodos comparativos com os valores reapresentados:

▪ **Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:** elevação de R\$5,5 milhões, em função do reajuste tarifário de 16,76% aplicado em janeiro de 2019; do crescimento de 3,7% e de 5,7% no número de economias de água e de esgoto, respectivamente; e da elevação de 3% no volume faturado por economia.

Custos e Despesas Operacionais: foi registrada elevação de R\$9,5 milhões, com os seguintes itens apresentando variações mais significativas:

✓ **Pessoal:** elevação de R\$1,0 milhão, decorrentes dos efeitos do Acordo Coletivo de Trabalho, do incremento de 31 empregados ao longo do ano e da adequação no Plano de Cargos e na estrutura de benefícios.

✓ **Serviços de Terceiros:** elevação de R\$2,0 milhões, em função de aumento nos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, com serviços de arrecadação, cobrança, leitura e entrega de contas, com serviços técnicos profissionais, bem como nos custos referentes a caminhão-pipa.

✓ **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** queda de R\$1,1 milhão, decorrente de reconhecimento em 2018, de valores adicionais para ajuste de prática contábil referente à provisão dedutível.

✓ **Custos Operacionais Diversos:** queda de R\$1,1 milhão, em função de reversão da provisão para perda em estoques de obras, reconhecida em 2018, visto que houve movimentação de materiais paralisados há mais de 360 dias.

✓ **Energia Elétrica:** aumento de R\$1,7 milhão, em função do reajuste das tarifas em 8,73% (maio de 2019), associado à redução no subsídio de 15% para 12%, e ao incremento de 6,4% no consumo.

✓ **Depreciações e Amortizações:** aumento de R\$2,0 milhões, em função da recente incorporação de ativos adquiridos ou construídos com recursos próprios e de subsídio.

✓ **Perda por impairment de ativos:** Reconhecimento de perda no valor de R\$5,2 milhões, em decorrência de realização de “teste de *impairment*” que apontou que os ativos estão registrados por um valor contábil superior àquele passível de ser recuperado por uso.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Relacionamento com os Auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e tendo em vista os reflexos dos seus resultados nas Demonstrações financeiras da COPASA MG, a Subsidiária Copanor informa que a KPMG Auditores Independentes foi contratada em 09 de abril de 2019 para realização dos serviços de auditoria externas das suas demonstrações financeiras, assim como da Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Durante o referido exercício, os auditores externos somente prestaram serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras, tendo os serviços iniciados a partir da revisão especial das Informações Trimestrais (“ITR”) do primeiro trimestre de 2019. Os valores pagos pelos serviços prestados para ambas as Companhias, em 2019, totalizaram R\$738,8 mil reais.



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas
Gerais S/A - COPANOR

Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato a Companhia depende, substancialmente, dos repasses de recursos subsidiados por usuários da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – COPASA MG (controladora) para realizar investimentos e

manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de junho de 2019, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

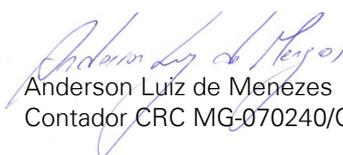
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Belo Horizonte, 24 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.843	15.853
Contas a receber de clientes	7	10.778	10.195
Estoques	8	1.905	1.641
Impostos a recuperar		153	763
Bancos e aplicações de convênio	9	33	21
Convênio de cooperação técnica	9	21	1.626
Créditos diversos		263	153
Total do ativo circulante		15.996	30.252
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Ativos financeiros - Contratos de concessão	5	2.177	866
Ativos de contrato	10	80.913	56.945
		83.090	57.811
Direito de uso de arrendamento mercantil	12(a)	3	-
Intangível	11	38.409	31.714
Imobilizado	11	536	514
		38.948	32.228
Total do ativo não circulante		122.038	90.039
TOTAL DO ATIVO		138.034	120.291



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	4.573	9.939
Impostos, taxas e contribuições		633	896
Provisão para férias		1.163	1.009
Energia elétrica		951	726
Débito com controladora	17	1.206	2.860
Direito de uso de arrendamento mercantil	12(b)	3	-
Obrigações diversas		460	162
Total do passivo circulante		8.989	15.592
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para demandas judiciais	14	262	66
Total do passivo não circulante		262	66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	190.420	148.298
Prejuízos acumulados	15	(61.637)	(43.665)
Total do patrimônio líquido		128.783	104.633
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.034	120.291



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2019	2018
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	21	32.738	27.227
Receita de construção	21	31.125	40.820
Custo dos bens e dos serviços prestados	22	(39.972)	(33.730)
Custo de construção	22	(31.125)	(40.820)
PREJUÍZO BRUTO		(7.234)	(6.503)
Despesas com vendas	22	(190)	(200)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	07	(2.065)	(3.134)
Perdas por <i>impairment</i>	11	(5.200)	-
Despesas administrativas	22	(5.179)	(6.058)
Outras receitas operacionais	21	3.165	2.461
Outras despesas operacionais	22	(2.080)	(2.197)
		(11.549)	(9.128)
PREJUÍZO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		(18.783)	(15.631)
Receitas financeiras	23	1.045	1.186
Despesas financeiras	23	(234)	(63)
RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		811	1.123
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(17.972)	(14.508)
Provisão para o Imposto de Renda	24	-	-
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	24	-	-
		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(17.972)	(14.508)
Quantidade de Ações em Circulação no Fim do Exercício		190.420	148.298
Prejuízo por Ação		(0,09)	(0,10)



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do Exercício	<u>(17.972)</u>	<u>(14.508)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(17.972)</u>	<u>(14.508)</u>



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018		92.730	(29.157)	63.573
Aumento de capital		55.568	-	55.568
Prejuízo do exercício		-	(14.508)	(14.508)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		148.298	(43.665)	104.633
Aumento de Capital	15	42.122	-	42.122
Prejuízo do Exercício	15	-	(17.972)	(17.972)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		190.420	(61.637)	128.783



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(17.972)	(14.508)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	2.468	434
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.065	3.134
Perdas por <i>impairment</i>	5.200	-
Recuperação de contas baixadas	(1.682)	(2.204)
Provisão para contingências	130	60
Provisão para perdas de estoque	(1.254)	1.440
Receitas e despesas de juros	(346)	(290)
Variações monetárias	-	(35)
.Ativo financeiro	(97)	-
Perda na baixa de intangível	17	-
Resultado ajustado	(11.471)	(11.969)
Redução (Aumento) no ativo operacional		
Contas a receber de clientes	(620)	(430)
Estoques	(216)	(728)
Impostos à recuperar	610	(119)
Bancos e aplicações de convênio	(12)	111
Convênio de cooperação técnica	1.605	3.246
Créditos diversos	(111)	(18)
Aumento (Redução) no passivo operacional		
Fornecedores	(5.366)	3.053
Impostos, taxas e contribuições	(262)	(176)
Provisões para férias	153	55
Salários a pagar	(79)	22
Débito com controladora	(1.654)	1.165
Juros pagos arrendamento mercantil	(1)	-
Provisão para demandas judiciais	66	433
Obrigações diversas	602	111
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(16.756)	(5.244)
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:		
Aquisição de ativos imobilizados	(224)	(551)
Aquisição de ativos intangíveis	(5.330)	(2.908)
Aquisição de ativos de contrato	(32.787)	(46.297)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(38.341)	(49.756)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:		
Pagamentos de arrendamento mercantil	(35)	-
Integralização de capital	42.122	55.568
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	42.087	55.568
Variação líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13.010)	568
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.853	15.285
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.843	15.853
Variação líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13.010)	568

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR (“COPANOR” ou “Companhia”) foi criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), criou, no âmbito da Revisão Tarifária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sua controladora, o programa de Subsídio Tarifário à Copanor, que consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE-MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, considerando que o fluxo de caixa necessário nestas operações será garantido pelo suporte de recursos financeiros oriundos do programa de Subsídio Tarifário à Copanor e se necessário da controladora Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – COPASA MG, até que as operações se tornem lucrativas.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, em 23 de março de 2020 e recomendou a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.1.

3. Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.1. Mudança nas principais políticas contábeis

Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

(a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na Nota Explicativa 3.1.

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

(b) Como arrendatária

Como arrendatária, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A entidade deve determinar o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Ao avaliar se está razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento, a Companhia considerou todos os fatos e



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

circunstâncias relevantes, que criam incentivo econômico para o arrendatário exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção de rescindir o arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)

A Companhia arrenda diversos equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.

(c) Impacto na transição

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

	<u>Em 1º de janeiro de</u> <u>2019</u>
Ativos de direito de uso	38
Passivo de arrendamento	38

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 6,8%.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:

A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a lei fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. A política contábil existente da Companhia para incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro é consistente com os requerimentos do ICPC 22.

3.2. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. A Companhia possui dois segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 15.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A metodologia utilizada pela Companhia para mensurar a perda esperada é com base em suas taxas históricas de inadimplência observadas ao longo da vida do contas a receber de clientes, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia considerou analisar dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias), com inclusão da provisão complementar para algumas faturas vencidas e também para o contas a receber não faturado.

Considerando fatores de riscos de crédito estabelecidos na análise da carteira por cliente, a Companhia provisiona faturas em todas as faixas de vencimento, incluindo títulos a vencer. A Companhia monitora os fatores, clientes e carteiras constantemente, reconhecendo as respectivas mudanças no resultado.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, celebração de acordo para equacionamento de dívida, bem como de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias à cada data de reporte.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja BBB - ou superior pelas agências de *rating* de crédito *Fitch* e *S&P*.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment*, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, na extinção da concessão, os bens construídos ou adquiridos pela COPANOR reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Estoques

Os estoques (almoxarifados) são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.6. Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.12.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.7. Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia. Os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados também compõem o imobilizado, uma vez que foram considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8. Perda do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação, a ARSAE-MG, criou, no âmbito da Revisão Tarifária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sua controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR, que consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE-MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.9. Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10. Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

dependendo das condições vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

O saldo acumulado do Ativo Fiscal Diferido é de R\$20.534, correspondente a 34% do saldo acumulado do prejuízo fiscal, base negativa e das provisões. Contudo, a Companhia não registrou imposto de renda diferido ativo, uma vez que não há expectativa de lucros tributáveis futuros.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.11. Capital Social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.12. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos. A Companhia estima que a margem é zero.

(c) Ativos de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.13. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.14. Partes Relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as relações de negócios mantidas com a Controladora, Estado de MG e COPASS Saúde no que se refere aos contratos formalizados que gerem transações financeiras.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.15. Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

3.16. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2020. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(a) Prazo do arrendamento - Nota explicativa 3.1: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.12 (b): Estimativa da margem zero;

(b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.12 (a): Estimativa baseada na média de consumo;

(c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.4.2: Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais;

(d) Impostos – Nota explicativa 3.10: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

(e) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

(f) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais - Nota explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

(g) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.4.2((iii): Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

5. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa que são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 e 99 anos. Esses Contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

A COPANOR possuía 49 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 56 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2019 (49 e 56, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018). Estes contratos têm vencimento a partir de 2038.

O saldo do ativo financeiro de concessões está demonstrado a seguir:



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	866	-
Transferência do intangível	1.214	866
Capitalização	97	-
Saldo final	<u>2.177</u>	<u>866</u>

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG divulgou em 14 de dezembro de 2018, a Resolução ARSAE nº 118/2018, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 10,76% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a partir de 17 de janeiro de 2019.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	10	9
Bancos	502	464
Aplicações financeiras	2.331	15.380
Total	<u>2.843</u>	<u>15.853</u>

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 104,7% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (105% do CDI em 31 de dezembro de 2018). O CDI em 31 de dezembro de 2019 era de 4,40% (6,40% em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Vencidos	5.196	4.242
Vencidos até 30 dias	2.577	1.741
Vencidos de 31 até 60 dias	1.040	981
Vencidos de 61 até 90 dias	603	545
Vencidos de 91 até 180 dias	946	951
Acima de 181 dias	30	24
A vencer	2.944	3.808
Valores faturados	8.140	8.050
Valores a faturar	2.651	2.154
Contas a receber de clientes	10.791	10.204
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(13)	(9)
Contas a receber de clientes	10.778	10.195

A movimentação na provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa foi a seguinte:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	9	122
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.065	3.021
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(2.061)	(3.134)
Saldo final	13	9

8. Estoques

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais em almoxarifado	1.962	1.745
(-) Provisão p/ perda de materiais ⁽¹⁾	(57)	(104)
Total estoques	1.905	1.641

⁽¹⁾ A provisão é constituída quando o item de estoque não se movimentou nos últimos 365 dias.

9. Convênio de Cooperação Técnica e Aplicações Financeiras de Convênio

Referem-se a recursos recebidos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES/MG, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para implantação dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões de atuação da Companhia.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda s/ aplicação financeira de convênio	323	323
Convênio	558.442	560.902
Depósitos recebidos por convênio	(558.744)	(559.599)
Total convênio de cooperação técnica	21	1.626
Aplicações financeiras de convênio	33	21
Bancos e aplicações de convênio	33	21



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

10. Ativos de Contrato

O saldo de ativo de contratos refere-se ao saldo de obras em andamento:

	Obras	Estoques para Obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	52.631	4.314	56.945
Adições	30.731	3.265	33.996
Transferências para o Ativo Intangível	(10.028)	-	(10.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	73.334	7.579	80.913

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as adições, no montante de R\$33.996 referem-se, principalmente, a obras de implantação e ampliação do sistema de abastecimento de água das cidades de Rio do Prado, Couto de Magalhães, Olhos D'água, Santa Maria do Salto e Crisólita e implantação e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de São Gonçalo do Rio Preto, Cachoeira do Pajeú, Medina/General Dutra e Araçuaí/ Engenheiro Schnoor.

	Obras	Estoques para Obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Não auditado)	37.429	4.664	42.093
Adições	45.272	(349)	44.923
Transferências para o Ativo Intangível	(30.071)	-	(30.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.630	4.315	56.945

11. Intangível e Imobilizado

(a) A composição dos saldos do intangível é a seguinte:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	12.385	(677)	11.708	8.927	(125)	8.802
Esgotamento sanitário	22.957	(1.076)	21.881	19.256	(106)	19.150
Sistemas de uso comum	5.386	(908)	4.478	3.780	(153)	3.627
Direitos de uso	150	(45)	105	150	(15)	135
Outros ativos intangíveis	240	(3)	237	-	-	-
Total do intangível	41.118	(2.709)	38.409	32.113	(399)	31.714



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	8.802	19.150	3.627	135	-	31.714
Adições	2.488	1.169	1.368	-	305	5.330
Baixas	-	-	(17)	-	-	(17)
Amortização	(553)	(918)	(810)	(30)	(3)	(2.314)
Transferência para o ativo financeiro	53	(1.202)	-	-	(65)	(1.214)
Transferências entre intangível e imobilizado	28	574	(602)	-	-	-
Transferência de ativo de contratos	2.663	6.453	912	-	-	10.028
Perda por <i>Impairment</i>	(1.773)	(3.345)	-	-	-	(5.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.708	21.881	4.478	105	237	38.409

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

A amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apropriada ao resultado, foi de R\$2.314, sendo R\$2.284 como custo dos serviços prestados e R\$30 como despesas administrativas (R\$399, sendo R\$384 e R\$15, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Não auditado)	-	-	-	-	42.093	42.093
Transferência para ativos de contrato em 1º de janeiro de 2018 (Não auditado)	-	-	-	-	(42.093)	(42.093)
Adições	1.633	764	361	150	-	2.908
Amortização	(125)	(106)	(153)	(15)	-	(399)
Transferência para o ativo financeiro	(612)	(254)	-	-	-	(866)
Transferência de ativo de contratos	7.906	18.746	3.419	-	-	30.071
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.802	19.150	3.627	135	-	31.714

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

Taxa média de amortização apurada:

	31/12/2019	31/12/2018
Sistemas de água	4,06%	4,00%
Esgotamento sanitário	4,19%	4,00%
Sistemas de uso comum	16,83%	16,83%
Direitos de uso	20%	20%
Outros ativos intangíveis	1,10%	-



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(c) A composição dos saldos do imobilizado é a seguinte:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido
Máquinas e Equipamentos	679	(153)	526	538	(36)	502
Veículos	13	(4)	9	13	(1)	12
Outros	2	(1)	1	-	-	-
Total do imobilizado	694	(158)	536	551	(37)	514

(d) A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1ª janeiro de 2019	502	12	-	514
Adições	223	-	1	224
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(117)	(3)	-	(120)
Perda por <i>Impairment</i>	(82)	-	-	(82)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	526	9	1	536
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Não auditado)	-	-	-	-
Adições	538	13	-	551
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(36)	(1)	-	(37)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	502	12	-	514

A depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apropriada ao resultado, foi de R\$120, sendo R\$117 como custo dos serviços prestados e R\$3 como despesas com vendas (R\$37, sendo R\$37 como custo dos serviços prestados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2019, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo de 30 anos, adotando-se como premissa a renovação dos contratos de concessões vigentes.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa projetada para o primeiro ano e volume faturado projetado em função da taxa de crescimento da população, do índice de atendimento de cada sistema e metas de



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

atendimento. O que resultou em crescimento médio de 0,5% ao ano, com variações superiores nos primeiros anos em razão do maior volume de investimentos no período inicial;

- Custos e despesas: custos com material de tratamento e energia elétrica estimados com base nos valores de orçamento aprovado para o exercício 2020 e no volume produzido estimado em função da taxa de variação e do índice de atendimento da população para os demais anos; demais custos e despesas estimadas conforme orçamento aprovado para o próximo exercício e mantidas constantes para os demais anos;
- Taxa de desconto estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital em que a UGC opera de 7,94%, com uma alavancagem da dívida de 32,7% e uma taxa de financiamento de 8,83%;
- Preços foram mantidos constantes.

Com essas premissas, o crescimento médio anual do EBITDA em 30 anos foi de aproximadamente 1% ao ano.

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC, com base nas premissas demonstradas anteriormente. O valor contábil da UGC era maior que o seu valor recuperável de R\$44.285 e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável de R\$5.200 mil em 2019 (em 2018 foi zero) foi reconhecido.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das Premissas relevantes, teríamos os seguintes impactos:

	Ajuste para redução ao valor recuperável
+ 10%	(682)
- 10%	(9.556)

12. Direito de Uso de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019

Adições

Remensurações

Depreciação

Saldos em 31 de dezembro de 2019

	Imóveis	Total
	-	-
	38	38
	-	-
	(35)	(35)
	3	3

(b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Imóveis	Total
Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019		
Adições	-	-
Remensurações	38	38
Contraprestação	-	-
Juros	(36)	(36)
	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3	3
Passivo circulante	3	3
Passivo não circulante	-	-

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	40	-	40
Equipamentos de reprografia e informática	9	-	9
Imóveis	-	36	36
Veículos	-	-	-
Total	49	36	85

13. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores no país	4.001	6.593
Fornecedores entrada de mercadoria	92	2.608
Fornecedores reajustes contratuais	480	525
Depósitos recebidos para licitações	-	213
Total	4.573	9.939

14. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Provisionadas (Prováveis)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis ⁽ⁱ⁾	396	(261)	135	358	(321)	37
Trabalhistas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	153	(26)	127	62	(33)	29
Total	549	(287)	262	420	(354)	66

As provisões são registradas como passivo não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer. O critério adotado pela Companhia é o de constituir provisão para as ações consideradas como perdas prováveis. As adições e reversões foram substancialmente decorrentes de novas ações e reclassificações de risco em demandas judiciais.

Saldo em 31 de dezembro de 2018, antes da compensação de depósitos judiciais	420
Adições	246



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Atualizações	23
Reversões	(52)
Baixas	(88)
Total provisões	549
Compensação de depósitos judiciais	(287)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	262
Saldo em 31 de dezembro de 2017, antes da compensação de depósitos judiciais	361
Adições	139
Atualizações	19
Reversões	(7)
Baixas	(91)
Total provisões	420
Compensação de depósitos judiciais	(354)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	66

(b) Não provisionadas (Possíveis)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cível ⁽ⁱ⁾	6.942	10.873
Trabalhista ⁽ⁱⁱⁱ⁾	33	286
Tributária ⁽ⁱⁱ⁾	378	90
Total	7.353	11.249

(i) Cível

Refere-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de naturezas tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia é parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal dos negócios da Companhia e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia.

(ii) Tributária

A Companhia avaliou o momento do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, à luz do disposto nas Leis nºs 11.488/07, 11.638/07 e 12.973/14. A Administração da Companhia, amparada em parecer de assessores legais externos sobre a interpretação do momento do aproveitamento destes créditos, conforme análise realizada para sua Controladora, entende ser adequado o procedimento atualmente adotado. Na inaceitabilidade do tratamento tributário, a Companhia estima que as despesas fiscais



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

adicionais seriam de aproximadamente R\$378, e os assessores legais externos avaliam que é possível que COPASA MG e, portanto, também a COPANOR tenha sucesso na defesa numa eventual discussão judicial.

(iii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos a empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas, em cada uma das fases do andamento processual.

15. Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Capital Social (a)	190.420	148.298
Resultados Acumulados (b)	<u>(61.637)</u>	<u>(43.665)</u>
Total	<u>128.783</u>	<u>104.633</u>

(a) Capital social

Em reunião realizada em 26 de agosto de 2019, a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, e em 30 de agosto de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária, conforme art. 166 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, autorizou o aumento do Capital Social da COPANOR para R\$190.420 (R\$148.298 em 31 de dezembro de 2018), mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$21.061.

Em reunião realizada em 25 de março de 2019, a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do Capital Social para R\$169.359, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$21.061 e em 26 de março de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária, conforme art.166 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, autorizou a alteração do Capital Social da COPANOR.

Tais aumentos de capital totalizaram R\$42.122 (R\$55.568 em 2018) e foram decorrentes de integralizações efetuadas pela Controladora, com recursos oriundos do subsídio, previsto na revisão tarifária da COPASA MG, que permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de 190.419.900 (cento e noventa milhões, quatrocentos e dezenove mil e novecentas) ações. Todas as ações estão integralizadas e possuem o valor nominal de R\$1,00 (um real). A Companhia é controlada pela COPASA MG, que detém 100% das suas ações.

(b) Prejuízos Acumulados



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$61.637 (R\$43.665 em 31 dezembro de 2018).

16. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

(i) Resultado

	2019			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta*	28.353	7.722	31.125	67.200
Deduções da receita bruta	(2.573)	(764)	-	(3.337)
Receita operacional líquida*	25.780	6.958	31.125	63.863
Custos, despesas com vendas e administrativas	(39.241)	(8.165)	(31.125)	(78.531)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(13.461)	(1.207)	-	(14.668)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas e perdas por <i>impairment</i>				(4.115)
Resultado financeiro, líquido				811
Lucro operacional antes dos impostos				(17.972)
Amortização	554	917	843	2.314

* A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

A depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$121 está alocada em outros imobilizados.

	2018			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta*	23.322	6.681	40.820	70.823
Deduções da receita bruta	(2.489)	(287)	-	(2.776)
Receita operacional líquida*	20.833	6.394	40.820	68.047
Custos, despesas com vendas e administrativas	(35.750)	(7.372)	(40.820)	(83.942)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(14.917)	(978)	-	(15.895)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas e perdas por <i>impairment</i>				264
Resultado financeiro, líquido				1.123
Lucro operacional antes dos impostos				(14.508)
Amortização	125	106	168	399

* A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

A depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 37 está alocada em outros imobilizados.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	31.125	40.820
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(31.125)	(40.820)
Margem de construção	-	-

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Serviços de água	11.708	8.802
Serviços de esgoto	21.881	19.150
Outros intangíveis	4.820	3.762
Total do intangível	38.409	31.714

(iii) Imobilizado

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo imobilizado, no valor de R\$536 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$514 em 31 de dezembro de 2018) e estão alocados em outros imobilizados.

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

17. Gestão de Risco

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

17.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado, CDBs, aplicações financeiras.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram os ativos, como por exemplo, aplicações financeiras. A companhia não possuía endividamento com impactos devido a variação nas taxas de juros e taxas de câmbio.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão. O reconhecimento da perda esperada de crédito com clientes está detalhado na Nota Explicativa 3.4.2(a).

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída em outubro de 2012 a política de aplicações financeiras da COPASA e da COPANOR, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco, <i>Fitch</i> e <i>S&P</i>)	31/12/2019	31/12/2018
AAA	-	-
AA	-	8.197
A	70	101



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

BBB	2.261	7.103
Total	2.331	15.401
Aplicações financeiras - (Nota 06)	2.331	15.380
Aplicações financeiras de convênio - (Nota 09)	33	21
Total	2.364	15.401

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita e pelos investimentos. No entanto, a COPANOR acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Arrendamento Mercantil	3	-	-	-
Fornecedores	5.523	-	-	-
Débito com controladora	1.206	-	-	-

17.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

17.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento.

18. Instrumento Financeiro por Categoria

31/12/2019

31/12/2018



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Ativos Financeiros ao Custo		Ativos Financeiros ao Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.843	2.843	15.853	15.853
Contas a receber de clientes	10.778	10.778	10.195	10.195
Bancos e aplicações de convênio	33	33	21	21
Ativos financeiros - contratos de concessão	2.177	2.177	866	866
Créditos Diversos	263	263	153	153
Total	16.094	16.094	27.088	27.088
	31/12/2019		31/12/2018	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	
	Total	Total	Total	Total
Passivos				
Empreiteiros e fornecedores	4.573	4.573	9.939	9.939
Débito com controladora	1.206	1.206	2.860	2.860
Energia Elétrica	951	951	726	726
Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	3	3	-	-
Obrigações Diversas	460	460	162	162
Total	7.193	7.193	13.687	13.687

19. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

	31/12/2019		
	Controladora COPASA	Outras	
		ESTADO MG	COPASS
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes			
Valores faturados	-	493	-
Valores a faturar	-	85	-
Convênio de cooperação técnica	-	21	-
Total do ativo	-	599	-
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	-	-	-
Programa de saúde	-	-	82
Débito com controladora	1.206	-	-
Total do passivo	1.206	-	82

Resultado no exercício findo em 31/12/2019

Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	1.715	-
Despesas com Pessoal Cedido	(1.206)	-	-
Programa de saúde	-	-	(649)



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(97)	-	-
Total do resultado	(1.303)	1.715	(649)

	31/12/2018		
	Controladora COPASA	Outras	
		ESTADO MG	COPASS
Ativo			
Circulante			
Clientes			
Valores faturados	-	847	-
Valores a faturar	-	79	-
Convênio	-	1.626	-
Total do ativo	-	2.552	-
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	-	-	-
Programa de saúde	-	-	29
Débito com controladora	2.860	-	-
Total do passivo	2.860	-	29

Resultado no exercício findo em 31/12/2018

Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	1.170	-
Despesas com Pessoal Cedido	(1.165)	-	-
Programa de saúde	-	-	(485)
Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(98)	-	-
Total do resultado	(1.263)	1.170	(485)

• COPASA MG

Reembolso de Despesas com Pessoal Cedido

Refere-se a reembolso de despesas com pessoal técnico cedido, conforme I Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Institucional nº 14.0555.

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados. A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado com a ANS e regulado por aquela agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração é realizada sob o contexto de sua Controladora.

20. Compromissos



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores contratados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	Prazo médio contratado em meses	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	66.029	2	89.179	16

21. Receitas

	2019	2018
Receita bruta de serviços de água	28.353	23.322
Receita bruta de serviços de esgoto	7.722	6.681
Total receita bruta de serviços	36.075	30.003
Impostos sobre vendas e descontos	(3.337)	(2.776)
Total receita líquida de venda de bens e/ou serviços	32.738	27.227
Receita de construção	31.125	40.820
Total receita líquida de serviços e construção	63.863	68.047

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão apresentadas abaixo:

	2019	2018
Recuperação de contas baixadas	1.682	2.204
Reversão de provisão não dedutível	1.394	99
Outras receitas	89	158
Total outras receitas operacionais	3.165	2.461

22. Custos e Despesas por Natureza

	2019	2018
Pessoal ^(a)	19.057	18.076



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Materiais	4.973	4.827
Serviços de terceiros	9.023	6.782
Energia elétrica	10.288	8.790
Gerais	1.306	1.043
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.065	3.134
Contingências trabalhistas	411	1.248
Depreciação e amortização	2.468	436
Custos de construção ^(*)	31.125	40.820
Provisão para perdas	-	1.440
Outras	1.669	947
Custos e despesas operacionais	82.385	87.543
(-) Créditos tributários	(1.774)	(1.404)
Custos e despesas operacionais líquidas	80.611	86.139
Custo dos bens e dos serviços prestados	39.972	35.170
Custo de construção	31.125	40.820
Custos	71.097	75.990
Despesas com vendas	190	200
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	2.065	3.134
Despesas administrativas	5.179	4.618
Outras despesas operacionais	2.080	2.197
Despesas	9.514	10.149

(*) Detalhamento dos custos de construção:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Materiais	1.802	1.349
Equipamentos	1.521	265
Serviços de terceiros	27.802	39.202
Outros	-	4
Total dos custos de construção	<u>31.125</u>	<u>40.820</u>

(a) Pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	11.040	10.537
Custos previdenciários	3.137	2.945
FGTS	777	767
Programa de alimentação	2.840	2.816
Plano de saúde	649	485
Formação Profissional	492	346
Outros benefícios	122	180
Total	<u>19.057</u>	<u>18.076</u>

23. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos com aplicações financeiras	554	871
Juros ativos	347	290
Receita de ativos financeiros	121	48
Receita de variação monetária e cambial	75	35
Tributos sobre receita financeira	(52)	(58)
Total de receitas financeiras	1.045	1.186
Juros e multas sobre tributos	(130)	(2)
Tarifas bancárias	(94)	(53)
Despesas de variações monetárias e cambiais	(2)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(1)	-
Outras despesas	(7)	(8)
Total de despesas financeiras	(234)	(63)
Resultado financeiro	811	1.123

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da alíquota efetiva da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições	(17.972)	(14.508)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal (34%)	6.111	4.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não registrados pela falta de expectativa de lucros tributáveis futuros	(5.849)	(4.878)
Outros ajustes permanentes	(262)	(55)
Resultado com imposto de renda e contribuição social	-	-
Provisão para o imposto de renda	-	-
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	-	-

25. Eventos Subsequentes

Em 13 de janeiro de 2020, a Diretoria executiva da Controladora autorizou aporte de recursos no valor de R\$2.125, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, bem como, a transferência, de forma antecipada, de R\$6.000 a título de adiantamento parcial de aporte de capital, visando sanar insuficiência de caixa nos meses de janeiro e fevereiro de 2020.

Em 16 de março de 2020, a Diretoria Executiva da Controladora autorizou a integralização de capital no valor de R\$21.868, com recursos oriundos do subsídio tarifário, deduzindo-se deste valor a transferência no valor de R\$6.000, efetuada em 27 de janeiro de 2020, de forma antecipada. O Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de março de 2020, autorizou a integralização de capital pela COPASA MG na COPANOR no montante de R\$21.868 ficando, assim, o Capital Subscrito elevado de R\$190.420 para R\$212.288.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS EDUARDO TAVARES DE CASTRO	Diretor-Presidente
CARLOS AUGUSTO BOTREL BERTO	Diretor-Financeiro
CRISTIANE SCHWANKA	Diretora de Gestão Corporativa
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS	Diretor Técnico e de Expansão e Diretor interino da Diretoria Operacional

CONTADORA RESPONSÁVEL

ELCIONE SOARES DE OLIVEIRA - CONTADORA - CRC/MG 067.652

PAULA VASQUES BITTENCOURT - SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COPASA Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S. A. - COPANOR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração durante todo o exercício social e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, sem ressalva, de 24 de março de 2020, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da COPASA Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S. A. - COPANOR, acompanhadas das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária da COPANOR.

Belo Horizonte, 24 de março de 2020.

CONSELHO FISCAL

GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA	(suplente: LUIZ MARCELO CARVALHO CAMPOS)
IGOR MASCARENHAS ETO	(suplente: CARLOS HENRIQUE GUEDES)
SIMONE DEOUD SIQUEIRA	(suplente: LINCOLN TEIXEIRA GENUÍNO DE FARIAS)



Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da COPASA Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A.- COPANOR, sociedade de economia mista por ações, declaram que:

1. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Belo Horizonte, 24 de março de 2020.